



CDHP
Centro de Direitos Humanos de Palmas

NAC
Núcleo de Ações Coletivas

**NÚCLEO ESPECIALIZADO DE DIREITOS DIFUSOS, COLETIVOS E INDIVIDUAIS HOMOGÊNEOS - NÚCLEO DE AÇÕES COLETIVAS. – NAC
CENTRO DE DIREITOS HUMANOS DE PALMAS - CDHP**

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº
001/2014**

PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO PARA AÇÃO CIVIL PÚBLICA, INSTAURADO DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO 60/2010 DPE – PROPAC Nº 50/2012.

A DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO TOCANTINS, com espeque no art. 134, da Constituição da República Federativa do Brasil c/c art. 4º, inciso I e II, da Lei Complementar Federal nº 80/94, por meio de seu Núcleo Especializado de Ações Coletivas - NAC, apresentada pelos seus Coordenadores e Órgãos de Execução Natural **DRº Arthur Luiz Pádua Marques e DRA Isabella Faustino Alves**, em atuação conjunta com o Centro de Direitos Humanos de Palmas – CDHP, vem, por meio deste, **CONVOCAR AUDIÊNCIA PÚBLICA**, a ser realizada no dia **10 de outubro de 2014, às 15h, NO AUDITÓRIO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO TOCANTINS, PALÁCIO**



CDHP
Centro de Direitos Humanos de Palmas

NAC
Núcleo de Ações Coletivas

**NÚCLEO ESPECIALIZADO DE DIREITOS DIFUSOS, COLETIVOS E INDIVIDUAIS HOMOGÊNEOS - NÚCLEO DE AÇÕES COLETIVAS. – NAC
CENTRO DE DIREITOS HUMANOS DE PALMAS - CDHP**

**DEPUTADO JOÃO D'ABREU – PRAÇA DOS GIRASSÓIS, PALMAS
- TO.**

Art. 1º - O objetivo da audiência pública é discutir o direito à moradia das famílias da Ocupação Pinheirinho Vive, atualmente alocada no Jardim Taquari e a implantação de políticas públicas para atender as necessidades prementes da ocupação.

Art. 2º - A audiência Pública será promovida pela Defensoria Pública do Estado do Tocantins, mediante atuação de seu Núcleo Especializado de Ações Coletivas – NAC em conjunto com o Centro de Direitos Humanos de Palmas - CDHP.

§ 1º - Serão convidados a participar da Audiência Pública o Ministério Público Estadual, o Ministério Público Federal, o Executivo Municipal – Secretaria de Habitação e Estadual – Terra Palmas, Poder Judiciário, Celins, Saneatins, Caixa Econômica Federal, Defensoria Pública da União, bem como os moradores da ocupação acompanhados dos Coordenadores do Movimento dos Trabalhadores sem Teto - MTST;

§ 2º - A Sessão terá acesso livre a qualquer cidadão, respeitados os limites impostos pelas instalações físicas do local de realização do evento;



CDHP
Centro de Direitos Humanos de Palmas

NAC
Núcleo de Ações Coletivas

**NÚCLEO ESPECIALIZADO DE DIREITOS DIFUSOS, COLETIVOS E INDIVIDUAIS HOMOGÊNEOS - NÚCLEO DE AÇÕES COLETIVAS. – NAC
CENTRO DE DIREITOS HUMANOS DE PALMAS - CDHP**

Art. 3º - A audiência pública será divulgada amplamente nos veículos de comunicação, em homenagem ao princípio da publicidade, estampado no art. 37, *caput*, da Constituição da República Federativa do Brasil, buscando assegurar a participação de todas as pessoas com interesse na temática acima mencionada.

Art. 4º - A presidência dos trabalhos ficará a cargo dos Defensores Públicos Estaduais e da Coordenadora do Centro de Direitos Humanos - CDHP, que iniciarão os trabalhos com a composição da mesa, exposição dos objetivos da Audiência e da metodologia de condução dos trabalhos.

Art. 5º - A manifestação oral na audiência pública será precedida de inscrição perante a mesa diretora dos trabalhos, ficando a cargo da organização do evento o registro dos inscritos, o controle do tempo de exposição e o limite do número de intervenções.

Art. 6º - Ao final da audiência será lavrada ata sucinta, a qual será subscrita pelos componentes da mesa e pelo servidor público responsável pela sua confecção.

Art. 7º - Por este edital, ficam convidados os órgãos governamentais e não governamentais, sociedade civil organizada e todos aqueles que tiverem interesse pela temática.



**NÚCLEO ESPECIALIZADO DE DIREITOS DIFUSOS, COLETIVOS E INDIVIDUAIS HOMOGÊNEOS - NÚCLEO DE AÇÕES COLETIVAS. – NAC
CENTRO DE DIREITOS HUMANOS DE PALMAS - CDHP**

Palmas-TO, 10 de outubro de 2014.

Isabella Faustino Alves

Defensora Pública

Coordenadora do Núcleo de Ações Coletivas

Fátima Dourado

Coordenadora do Centro de Direitos Humanos de Palmas